

Governo insiste no "acordo preventivo"

■ Nos EUA, Gustavo Franco diz que Brasil vai inaugurar "nova era de relacionamento" com FMI e que ajuste fiscal não será imediato

HILTON HIDA
Especial para o JB

NOVA IORQUE— O presidente do Banco Central, Gustavo Franco, acredita que o Brasil pode inaugurar uma nova era em seu relacionamento com o Fundo Monetário Internacional e outras organizações multilaterais: em vez de fazer um acordo de resgate, pode fazer um acordo de prevenção que sirva de modelo para futuros pacotes de ajuda. "A tarefa do Brasil é prevenir uma crise que pode chegar, e não solucionar uma crise já estabelecida", disse ontem a uma platéia em Nova Iorque.

Franco não deu nenhuma sugestão de quando esse inédito acordo preventivo possa sair. "A tarefa de prevenir requer um esforço de imaginação, e o Brasil quer contribuir para a discussão de um novo mecanismo de financiamento ou uma reserva secundária", que possam ajudar países emergentes a restaurar a credibilidade com os investidores, disse. O apoio internacional é um dos fatores que podem reter a sangria de dólares do país. O outro é o anúncio de reformas internas.

Aí, o presidente do BC procurou diminuir as expectativas do mercado quanto a anúncios dramáticos nos próximos dias. "A montagem dos termos do programa de ajuste fiscal é uma tarefa grande, que leva tempo para ser feita", disse. Talvez o mercado não esteja disposto a dar tanto tempo ao Brasil, mas Franco, cujo discurso encerrou a conferência *Perspectivas para a América Latina em Tempos de Volatilidade*, promovida pelo *Wall Street Journal*, esquivou-se de perguntas mais precisas dizendo que "os mercados são inteligentes o bastante para compreender" que as mudanças são abrangentes demais para ser detalhadas todas de uma vez.

Perguntado se o custo desse ajuste não seria uma recessão severa, Franco respondeu: "Não precisa haver recessão se os ajustes forem feitos com rapidez", disse.

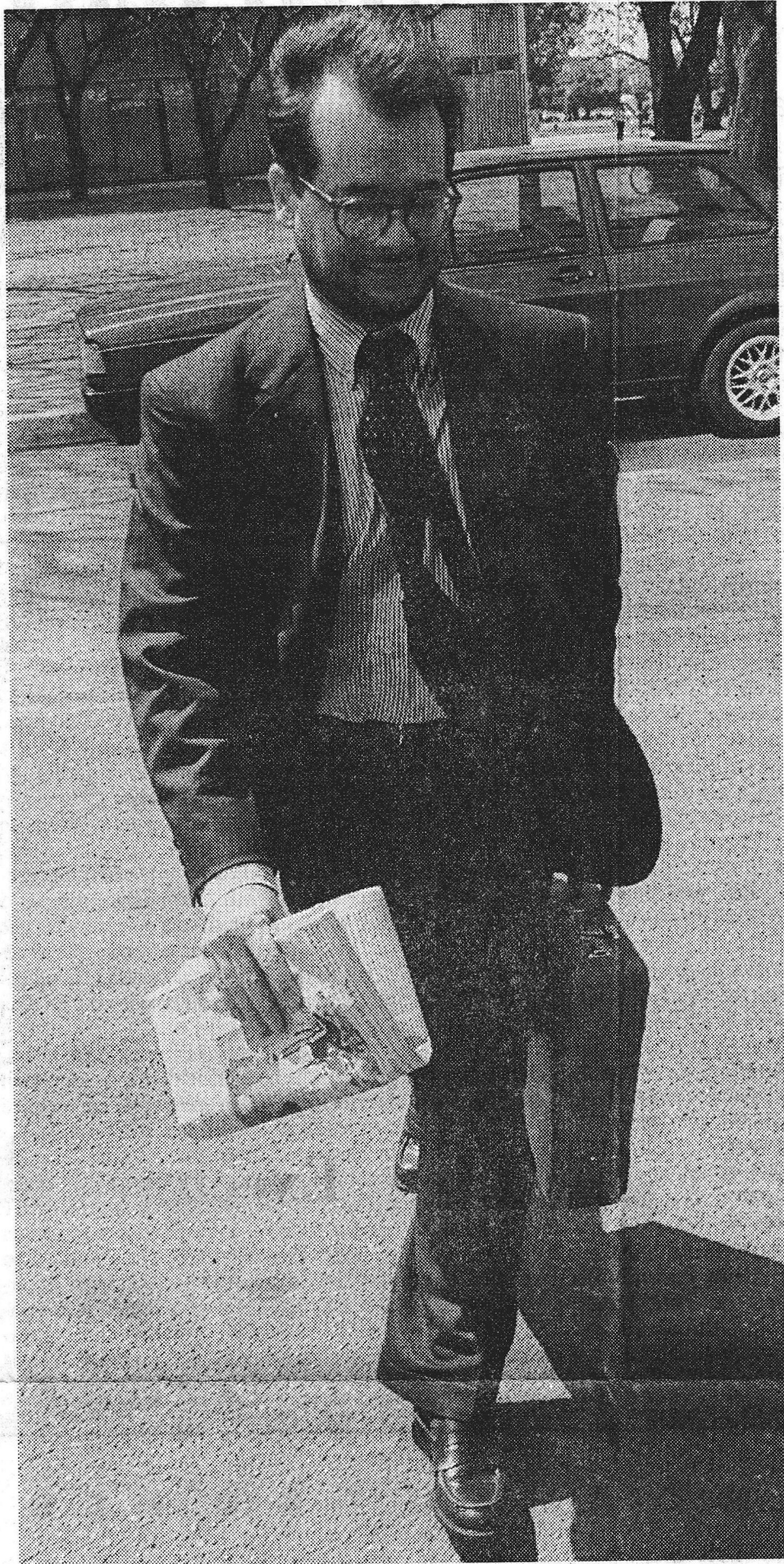
É justamente rapidez que o mercado espera. Franco voltou a insistir que o Brasil não vai controlar as saídas de capital e tem condições de financiar os déficits de conta corrente, devendo receber US\$ 22 bilhões em investimento estrangeiro direto neste ano. Mas a situação, observa Paulo Leme, o diretor para América Latina do banco de investimentos Goldman Sachs, é de "emergência cirúrgica". O Brasil precisa rapidamente de um pacote de ajuste que produza um superávit fiscal primário e precisa, sobretudo, do apoio internacional para garantir liquidez.

O problema é contar com essa ajuda. Na quinta-feira, o secretário do Tesouro americano, Robert Rubin, fez elogios ao governo brasileiro e disse que o Congresso dos Estados Unidos precisa aprovar logo a verba adicional para o FMI, para que se possa ajudar os países da América Latina. Mas o impasse no Capitólio continua.

Sem pressa— Ontem, Hans Tietmeyer, o presidente do Bundesbank, banco central alemão, deu a entender que, a exemplo dos parlamentares americanos, não está tão ansioso em ajudar o Brasil. "A estabilidade interna de longo prazo e, acima de tudo, a duradoura credibilidade das políticas internas são as melhores medidas protetoras" para um país, afirmou Tietmeyer. Em outras palavras, os mercados emergentes devem tratar de arrumar suas casas antes de pedir ajuda a outros países ou organismos multilaterais.

Tietmeyer enfatizou que a Alemanha e a União Européia não estão dispostas a cortar juros em favor de um estímulo à economia global. Segundo ele, o Japão deixou uma lição nesse campo, quando relaxou sua política monetária nos anos 80 e acabou criando a bolha cuja explosão deixou estragos de que ainda não se refez. Na época, o Japão foi pressionado pelos EUA a baixar juros sob o argumento de que assim colaboraria para a "cooperação internacional". Hoje, com juros no chão, o país capenga e é um dos maiores entraves à solução dos problemas econômicos mundiais.

Josemar Gonçalves



Gustavo Franco, do BC, disse nos EUA que montar o programa fiscal "leva tempo"